

OS IMPACTOS SOCIAIS DECORRENTES DO CRONOTOPO PANDÊMICO DO COVID-19 E DO USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO

Bárbara Rodrigues

Licenciada em Letras Português e Literaturas Vernáculas.
Mestre em Linguística. Universidade Federal de Santa Catarina
(UFSC). Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Miriam Nathalie Fortuna Ferreira

Licenciada em Administração. Faculdade Estácio de Sá de
Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

RESUMO: Atentas às transformações sociais decorrentes da pandemia do COVID-19 e do impacto delas no sistema de ensino, esta pesquisa visa trazer à luz uma reflexão a respeito da inserção das tecnologias digitais no ensino bem como elencar os desafios de levá-las a todos os alunos em idade escolar. A escolha desse tema se justifica pela relevância do uso das plataformas digitais para a mediação do ensino e da aprendizagem diante do contexto atual de pandemia e de isolamento social, já que esse distanciamento social está contribuindo para mais uma mudança no cenário do ensino brasileiro. Para tanto, nosso objetivo é promover reflexões acerca da contribuição do uso de tecnologias digitais para as práticas de ensino em meio à pandemia e ao isolamento social atual em que nos encontramos. Em vista disso, três movimentos teórico-metodológicos embasam nossa pesquisa: i) os estudos contemporâneos em Linguística Aplicada, LA; ii) as pesquisas em Estudos Dialógicos da Linguagem, com base nos escritos do Círculo, a fim de entendermos o conceito de cronotopo pandêmico; iii) a análise de documentos parametrizadores, como os PCN (2000a; 2000b) e a BNCC (2018), com a intenção de compreender as discussões relacionadas ao ensino, à aprendizagem e ao uso das tecnologias. Acreditamos na relevância desse tema por contribuir não apenas com as pesquisas em Linguística Aplicada, mas, principalmente, para o ensino, que está sempre se moldando às transformações espaço-temporais e que, agora, tem um novo espaço bem diferente da sala de aula tradicional, o virtual.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologias digitais. Cronotopo pandêmico. Ensino e aprendizagem.

ABSTRACT: Considering the social transformations resulting from the COVID-19 pandemic and the impact on the education system, this research brings to light reflections regarding the insertion of digital technologies in teaching, as well as list the challenges of taking them to all school-age students. This theme choice is justified by the relevance of digital platforms used for the mediation of teaching and learning in the face of the current context of pandemic and social isolation since this social distance is contributing to another change in the scenario of Brazilian education. To do so, our objective is to promote reflections on the contribution of the use of digital technologies to teaching practices in the face of pandemics and the current social isolation in which we find ourselves. Because of this, three theoretical-methodological movements base our study: i) the contemporary studies in Applied Linguistics, AL; ii) research in Dialogical Studies of Language, based on the writings of the Circle, to understand the concept of pandemic chronotope; iii) the analysis of parameterizing documents such as PCN (2000a; 2000b) and BNCC (2018) with the intention of understanding the discussions related to teaching, learning and the use of

technologies. We believe in the relevance of this theme for contributing, not only to research in Applied Linguistics, but mainly, to teaching, which is always molding itself to space-time transformations and, where now, has a new space, quite different from the traditional classroom, the virtual.

KEYWORDS: Digital Technologies. Pandemic chronotope. Teaching and learning.

INTRODUÇÃO

Nossa discussão sobre o uso de tecnologias digitais para a mediação do ensino e da aprendizagem em contexto de pandemia situa-se no domínio da Linguística Aplicada – LA – com atenção às práticas de ensino e de aprendizagem via plataformas digitais. O interesse por esse tema se faz relevante diante do contexto atual de pandemia e de isolamento social em que o mundo inteiro se encontra, já que esse distanciamento social está contribuindo para mais uma mudança no cenário do ensino brasileiro, o qual, de acordo com Bunzen (2011), nem sempre condiz com a realidade do aluno. Devido a isso, o sistema de ensino mais uma vez se transforma, assim como todas as disciplinas, que se modificam de acordo com as necessidades políticas e sociais de cada época. (BUNZEN, 2011).

No entanto, é preciso ter em vista que o ensino nem sempre acompanhou a realidade dos alunos e aqui entra nossa questão problematizadora, pois, agora, com o uso constante das tecnologias digitais, como disponibilizá-las a todos? Em vista disso, faz-se necessário analisar de que forma utilizá-las, também, com os estudantes que não têm computadores, tablets, celulares e acesso à internet, pois, a partir disso, pode-se evitar que o ensino, principalmente de língua materna, seja excludente. Para Rodrigues (2019, p.16), “É nesse momento que a educação linguística vê, na Linguística Aplicada, uma aliada para se voltar aos problemas humanos e incidir na diminuição das desigualdades.”. Segundo Moita Lopes (2006), há uma certa urgência para que as pesquisas tragam benefícios imediatos por meio de resultados e, pelo fato de a LA ser um sistema aberto e se adequar às pressões econômicas, políticas e sociais, essa disciplina visa solucionar problemas socialmente relevantes ou diminuí-los, sendo, portanto, uma aliada das ciências sociais e do sistema de ensino.

Diante disso, nossa pesquisa situa-se na problemática de manter o ensino por meio de tecnologias digitais, hoje uma realidade na nossa sociedade, de modo que todas as pessoas em fase escolar tenham acesso ao planejamento escolar e ao prosseguimento dos estudos. Percebemos, com isso, que, pensar em recursos e em desenvolvimento de novas metodologias via plataformas

digitais é uma das tarefas das escolas, que, enquanto instituições formadoras de sujeitos críticos, precisam reinventar suas metodologias, seus conteúdos e suas teorias pedagógicas para se adequarem às modificações sócio-históricas e propiciarem o desenvolvimento de novas habilidades em seus alunos, as quais, geralmente, surgem das novas tecnologias criadas ou das que são inovadas com frequência. (FILATRO, 2018). Refletir acerca dos novos modos de ensinar também é função dos educadores, que, ao pensarem em situações reais de ensino e de aprendizagem orientam sua escolha temática, metodológica e teórica para uma aprendizagem mais efetiva de seu aluno (FILATRO, 2018), aos pais e aos alunos, mas, principalmente aos governos, que devem pensar em ações inclusivas que propiciem o acesso a essas tecnologias.

Em sociedades cada vez mais fundamentadas no compartilhamento de saberes, a tecnologia digital insere o sujeito em um novo contexto cultural, em que não somente ele transforma a tecnologia, mas é por ela transformado, através de seus hábitos de consumo, de trabalho, de comunicação e de acesso à informação. Ao mesmo tempo, a possibilidade de interação em tempo real, as iniciativas de governo eletrônico e a convergência dos diferentes formatos midiáticos, orientados a facilitar a mobilidade e a ubiquidade dão à internet o potencial de tornar-se um novo contexto de participação democrática. (PISCHETOLA, 2019, p.5).

Embora as novas tecnologias tenham invadido a vida de inúmeros sujeitos e sejam consideradas “naturais”, não podemos esquecer que uma considerável parcela da população não tem acesso a elas por viverem em situação de miséria. O momento pós-moderno¹ em que nos encontramos é marcado por transições diárias e por uma crise social que revela um abismo: de um lado, sujeitos com acesso em excelência às tecnologias digitais e à cultura², de outro, aqueles que sequer possuem um livro dentro de seus lares e que não conseguem acompanhar a globalização, já excluídos da sociedade capitalista, e, agora, mais ainda, da era pós-moderna. (GALLI, 2005).

Isso nos mostra que as transformações decorrentes da pandemia trazem um certo desespero para toda a sociedade. Na educação, as modificações se devem, principalmente, aos domínios tecnológicos e à ascensão das tecnologias de informação, que têm sido essenciais para a criação de plataformas digitais práticas que facilitem a conexão entre aluno e professor. São esses novos espaços, os ambientes virtuais, que dão, conforme pontuam Heinsfeld e Pischetola (2017, p.7),

¹ Dentre as diversas concepções de pós-modernidade, adotaremos, aqui, a que está relacionada ao processo de globalização e às tecnologias digitais. (GALLI, 2005).

² Aqui temos duas vertentes do conceito de cultura: a primeira como sinônimo de informação e de educação; a segunda, como conjunto de condições que transforma e (re)cria valores. (HEINSFELD; PISCHETOLA, 2017).

“[...] um novo significado da presença do sujeito, abrindo espaço para sensações, experiências e possibilidades inéditas [...]” de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, utilizar as tecnologias digitais para a mediação do ensino e da aprendizagem implica que professores e alunos compreendam a linguagem digital, visto que espaço e velocidade de acesso à informação são reinventados constantemente, o que, inclusive, para Lévy (1996), amplia as potencialidades humanas. Mas, para isso, é preciso que elas sejam acessíveis a toda a população e que os usuários dessas tecnologias tenham condições para chegar a esse estágio, fato que nos leva, enquanto linguistas e professores, a refletir acerca do ensino e da aprendizagem presencial e de que forma conseguiremos mantê-los, com a mesma qualidade, por meio dos recursos digitais.

Se a escola, enquanto local social privilegiado de construção de significados éticos constitutivos de toda ação de cidadania, toma para si o objetivo de formar homens capazes de atuar com competência na sociedade, possivelmente, optará por uma abordagem de ensino que não esteja distante das questões sociais vigentes e que favoreça uma aprendizagem capaz de fazer com que o aluno exerça seus direitos e deveres de cidadão, interferindo de forma crítica na realidade para transformá-la. (PEREIRA, 2006, p.3, grifos do autor).

Desse modo, o contexto de pandemia faz com que a intervenção dos professores por meio das tecnologias digitais leve em conta a articulação entre as condições históricas e as socioinstitucionais, o que preconizam os documentos oficiais de ensino, como os PCN (2000a, 2000b), e as concepções de ensino e de aprendizagem adotadas por cada um deles, pois o objetivo continua o mesmo: formar cidadãos responsáveis e competentes. Para tanto, o ensino deve promover a construção de novas habilidades e de novos conhecimentos, além de potencializar aqueles já dominados pelos estudantes.

Percebemos, também, na atual realidade, que o livro didático perdeu um pouco seu espaço, o que não é algo tão ruim se tivermos uma maior interação entre professor e aluno, mudança que leva a uma construção mais pessoal e menos institucional ainda que o contato se dê de forma virtual. A utilização das tecnologias digitais não pode se limitar a ser apenas um recurso didático, mas um viabilizador da problematização dos discursos que moldam a cultura vigente. (HEINSFELD; PISCHETOLA, 2017).

Além disso, sem o material didático e sem as distâncias físicas resultantes das inovações tecnológicas globais, um novo paradigma entra em cena por causa do reconhecimento da interconectividade dos problemas educacionais, os quais não podem ser compreendidos de

maneira isolada. Pelo contrário, eles requerem uma visão sistêmica da realidade, em que a compartimentalização seja substituída pela integração; a desarticulação, pela articulação; a descontinuidade, pela continuidade, tanto na teoria quanto na prática educacional. As mídias seriam, portanto, linguagens capazes de codificar, recodificar e interpretar os fenômenos sociais. (HEINSFELD; PISCHETOLA, 2017).

Partimos, assim, da perspectiva de que o conhecimento não constitui um conjunto de verdades fixas e imutáveis, mas está em processo, em movência, e é influenciado, inclusive e reconhecidamente, pelo ambiente geral e pelo contexto específico no qual ele se origina e se dissemina. É certo que, nesse novo paradigma, todos os conceitos e todas as teorias estão interligados, interconectados. Trata-se, portanto, de um conhecimento inter e transdisciplinar, baseado em uma espécie de visão ecológica, na qual se reconhece a interdependência entre vários aspectos da realidade e sua totalidade; não há, nesse caso, dicotomia entre o conhecimento teórico e o conhecimento prático, ou entre a pesquisa e o ensino.

Com o surgimento da internet e, posteriormente, sua popularização, criaram-se expectativas muito positivas em diferentes áreas, principalmente em relação à ampliação das possibilidades de acesso ao conhecimento e ao fortalecimento da participação política. Em sociedades cada vez mais fundamentadas no compartilhamento de saberes, a tecnologia digital insere o sujeito em um novo contexto cultural, em que não somente transforma a tecnologia, mas é por ela transformado por meio de seus hábitos de consumo, de trabalho, de comunicação e de acesso à informação.

Ao mesmo tempo, a possibilidade de interação em tempo real dá à internet o potencial de se tornar um novo contexto de participação democrática se for disponibilizada a toda a população. Para Heinsfeld e Pischetola (2017, p.10, grifos das autoras), há duas visões ao relacionarmos internet e democracia:

[...] a primeira a respeito à igualdade de acesso a essas tecnologias, a qual o autor chama de “democratização *da* internet”, enquanto a segunda diz respeito ao conceito de ciberdemocracia, considerada a “democratização *pela* internet”. Embora havendo a noção dessa distinção, ainda hoje é possível observar que se prioriza a primeira visão, democratizando o acesso a *hardwares* e *softwares*, equipando escolas, sem genuína problematização daquilo que, de fato, está sendo democratizado. Nesse sentido, percebe-se que há a máscara da inclusão social, sem que se articulem demais elementos que de fato favoreçam trocas e oportunidades sociais, culturais ou mesmo econômicas. Trata-se de uma visão tecnicista, reducionista, e que exime a escola de propostas pedagógicas que favoreçam a verdadeira participação e apropriação das tecnologias pelos atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Sob essa perspectiva, este estudo tem como objetivo promover reflexões acerca da contribuição do uso de tecnologias digitais para as práticas de ensino em meio à pandemia do COVID-19 e ao isolamento social que permanece por meses no cenário mundial, mais especificamente no Brasil. Em termos específicos, nossa análise focaliza o ensino e a aprendizagem por meio do uso das plataformas digitais utilizadas por grande parte das escolas e dos professores. Para tanto, três movimentos teórico-metodológicos embasam nossa pesquisa:

1. os estudos contemporâneos em Linguística Aplicada voltados, mais especificamente, ao ensino de línguas na Educação Básica: Pennycook (1998; 2006), Rajagopalan (2003), Fabrício (2006), Moita Lopes (2006);
2. as pesquisas em Estudos Dialógicos da Linguagem, com base nos escritos do Círculo (M. Bakhtin; V. Volochínov; P. Medviédev) com o intuito de compreendermos o cronotopo pandêmico;
3. a análise de documentos parametrizadores do ensino, como os PCN (2000a; 2000b) e a BNCC (2018), para entendermos as discussões relacionadas ao ensino, à aprendizagem e ao uso das tecnologias.

A fim de alcançarmos os objetivos desta pesquisa, fizemos um recorte metodológico dos conceitos bakhtinianos, pois não seríamos capazes de dar conta de todos eles devido ao limite físico deste estudo. Além disso, voltamo-nos à análise dos PCN (2000a; 2000b) e da BNCC (2018) por serem os documentos parametrizadores mais atuais do sistema de ensino brasileiro. Nosso objeto de análise, portanto, serão esses documentos, que já pensavam na incorporação de novas tecnologias na educação brasileira e na importância de introduzi-las na vida do estudante desde os anos iniciais da Educação Básica. Sob esse viés, nosso estudo, que é exploratório e de natureza qualitativa, caracteriza-se como uma pesquisa à luz da análise documental.

Para tanto, faz-se necessário entender que a tecnologia está presente em diversos aspectos do cotidiano da maioria das pessoas: no modo de acessar conhecimento, de buscar e de trocar informações, no ensino, na comunicação, nos sistemas de saúde, no transporte, na produção de

bens e serviços, entre outros, (CIEB, 2018). Esse cenário influencia diretamente a cultura atual, de caráter cada vez mais digital³, implicando relações humanas fortemente mediadas por tecnologias.

Devido a isso, não podemos entender o processo de ensino e de aprendizagem fora da relação espaço-tempo, visto que ele é resultado de um trabalho coletivo situado sócio-historicamente em uma sociedade de um determinado momento. Logo, pelo fato de esta pesquisa ter como aparato teórico-metodológico os estudos do Círculo, faz-se importante compreender a definição de cronotopo⁴ dentre outros conceitos, como discurso, sujeito e dialogismo (embora, neste momento, não consigamos dar conta de todos eles em virtude do nosso objetivo), para que possamos pensar nas nossas relações sociais, nos papéis que desempenhamos na sociedade e na educação, que não estava preparada para o mundo pandêmico em que vivemos.

Sendo assim, nossa pesquisa se divide em quatro seções. A primeira, esta breve introdução, tem como objetivo relacionar os estudos em LA, o uso das tecnologias digitais e o ensino com o espaço e o tempo em que essas transformações estão ocorrendo. A segunda apresenta uma reflexão teórica acerca do cronotopo e sua relação com o contexto de pandemia do COVID-19. A terceira aborda a relação das tecnologias digitais com o ensino e a aprendizagem. A última traz, por fim, uma análise do que preconizam os documentos oficiais em relação às tecnologias digitais.

O CRONOTOPO PANDÊMICO

Adentrar no estudo do cronotopo pandêmico nos leva, primeiramente, a compreender a origem desse conceito, que surgiu da Teoria da Relatividade de Einstein⁵ de modo a determinar a articulação entre o discurso com o tempo e o espaço. Esse conceito também traz ressonâncias das ideias de Kant⁶, visto que Bakhtin considera tempo e espaço como estruturantes dos seres humanos e do mundo que os circunda. Nesse sentido, de acordo com Rodrigues (2019), esse conceito revela de que modo as experiências construídas sócio-historicamente refletem e refratam organizações, instituições, esferas, atividades humanas e grupos sociais. Devido a isso, podemos

³ Cabe salientar, aqui, que a cultura digital é um conjunto de técnicas, práticas, atitudes, modos de pensamento, valores que se desenvolvem à medida em que o ciberespaço cresce. (HEINSFELD; PISCHETOLA, 2017)

⁴ À luz da perspectiva bakhtiniana, o cronotopo, ou seja, a relação espaço-tempo, é a representação de uma classe de signos que não pode se desvincular das transformações sociais nela operadas por correr o risco de ser má interpretada. (BAKHTIN, 2015).

⁵ Albert Einstein, físico e matemático alemão, nasceu na Alemanha, no dia 14 de março de 1879, e faleceu nos Estados Unidos em 18 de abril de 1955.

⁶ Immanuel Kant, filósofo alemão, nasceu na Prússia Oriental, no dia 22 de abril de 1724, e faleceu no mesmo local em 12 de fevereiro de 1804.

afirmar que o cronotopo é transformado pelas ações humanas e que cada cronotopo é específico e, por isso, representa um determinado contexto.

Essa relação espaço-temporal pode, também, modificar a construção de novos sentidos por meio da comunicação verbal. Isso implica afirmar que os cronotopos nos fazem compreender e assimilar diferentes realidades sociais, o que pode ser facilmente observado nos gêneros do discurso. Logo, os gêneros do discurso situam-se em um cronotopo único, determinado por um horizonte espaço-temporal temático e apreciativo e atravessado por marcas ideológicas que se destinam a um sujeito ou a um grupo específico. Os gêneros têm, então, existência cultural. (RODRIGUES, 2019).

Observamos, com base nisso, que há uma relação estreita entre os gêneros discursivos e o cronotopo, o que reflete na importância da historicidade para a nossa compreensão desse conceito. De acordo com Bakhtin (1998), não encontramos esse conceito apenas em textos literários, mas nos discursos reais que realizamos no dia a dia. É em virtude disso que a relação espaço-temporal sofre modificações com as transformações sociais. No cenário pandêmico em que nos encontramos, as ações humanas têm tido impactos profundos do isolamento social, visto que os sujeitos foram obrigados a viverem em espaços restritos e a lidarem com o tempo de modo diferente do que lhes era habitual, por exemplo.

O estudo do cronotopo [...] possibilita descobertas múltiplas sobre a relação entre as pessoas, seus enunciados, os valores que carregam em seus enunciados e seus eventos. [...] o cronotopo, mais do que ser apenas responsável pela orquestração indissolúvel do tempo e espaço presente nos eventos do homem, é, de fato, o campo de visão axiologicamente marcado para esses eventos. (ACOSTA PEREIRA; RODRIGUES, 2014, p.189).

Compreendemos, com isso, que o cronotopo é uma espécie de matriz espaço-temporal por meio da qual várias histórias se contam e é o responsável pela construção dos sujeitos e pela organização dos acontecimentos. Podemos pensar que, agora, o cronotopo pandêmico revela diversas faces do homem: sujeitos deprimidos, doentes, apáticos, improdutivos, compassivos, estressados, amorosos, etc. Soma-se a isso uma maior evidência da mediocridade humana no sentido de nações disputarem remédios, máscaras e equipamentos respiratórios. No momento sócio-histórico atual, diversos valores estão sendo (re)criados e esses fatos podem transformar uma pessoa ou em vítima ou em vilã.

Esses fatos, certamente, são consequentes das transformações forçadas pelas quais a sociedade vem passando, pois a pandemia reassentou nossas relações sociais em razão das

restrições de grupo e do redimensionamento do tempo e do espaço e apresentou novos sujeitos: se, antes, estavam preocupados em desempenharem seus papéis sociais e em produzirem excessivamente devido ao excesso de estímulos do mundo capitalista, hoje, deparam-se com uma quantidade enorme de informações, com um futuro de incertezas e com um tempo e um espaço limitado para realizarem suas atividades cotidianas.

A visão de mundo que temos neste momento, portanto, segundo Bakhtin (2015), reflete, também, a visão do homem atual e uma nova compreensão da vida. E já que essa relação espaço-temporal tem regulado a vida no mundo, como pensar em novas práticas de ensino nesse novo espaço e tempo se a educação não estava preparada para o mundo pandêmico em que vivemos? Assumir a pandemia provou que nós, linguistas e professores, não estávamos tão acostumados com o uso das tecnologias digitais quanto acreditávamos estar e isso ecoa no nosso trabalho a distância, que sofre influências das diferenças sociais existentes.

Sendo assim, é necessário que as instituições de ensino reconheçam os impactos culturais que as novas tecnologias trouxeram para a educação, pois, com esse reconhecimento, será possível repensar os objetivos e as metodologias do ensino para, então, surgirem novas práticas pedagógicas que sejam capazes de dar conta desse novo desafio. Não podemos nos esquecer, no entanto, de que é preciso ter um movimento conjunto entre governo, escolas e professores para levar o ensino – antes totalmente presencial na Educação Básica e, agora, virtual – a todos os sujeitos em idade escolar.

AS TECNOLOGIAS DIGITAIS PARA A MEDIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

De acordo com Baratto e Crespo (2013, p.17), o entendimento de “cultura” é o reflexo da ação humana na sociedade, assim como suas formas e seus objetos, dando vida e significação a tudo que cerca o homem. Sob essa perspectiva, os autores definem a cultura digital a partir da evolução tecnológica, dos computadores e de outros dispositivos e do compartilhamento de conhecimentos das tecnologias, principalmente a informacional, em que o compartilhamento é comum e a liberdade de fluxos de informações e de criação se dá em um ambiente amplo e global. Nesse sentido, a cultura digital pode ser compreendida, também, como a cultura das redes, do compartilhamento, da criação coletiva.

No entanto, Pischetola (2019) orienta que o simples ato de utilizar a tecnologia não se configura como um processo de inclusão digital, principalmente quando os usuários carecem de habilidades necessárias para aproveitar os benefícios dela. Segundo a autora, as tecnologias digitais modificaram os modos de viver, de pensar e de se comunicar, fato que aumenta as desigualdades sociais e, conseqüentemente, a exclusão social, já que, embora o objetivo fosse melhorar a vida dos cidadãos, a tecnologia nem sempre é acessível à grande parte da população. Para Pischetola (2019, p.1), “[...] as possibilidades de interação proporcionadas pela mídia digital constituíram um mundo que não poderá mais voltar aos sistemas de comunicação, produção e trabalho anteriores à internet.”.

Em razão disso, pensar no uso das tecnologias digitais para mediar o ensino e a aprendizagem no contexto atual de pandemia é um desafio que precisa ser pensado por toda a sociedade para que elas funcionem como elementos de inclusão “social e política” das pessoas. (PISCHETOLA, 2019, p.2).

Vivemos imersos na cultura digital e não estamos estagnados: internet das coisas, web semântica, sensores RFID, *mobile tags*. Em um futuro próximo, qualquer objeto estará conectado à internet, produzindo e transmitindo dados de seus usuários, em uma comunicação de muitos para muitos. Hoje, o ciberespaço já pode ser considerado o último dos *shopping centers*, o parque de diversões mais sedutor, a universidade das universidades e a biblioteca das bibliotecas. (HEINSFELD; PISCHETOLA, 2017, p.2-3), grifos das autoras).

Sob a lógica desta afirmação, percebemos que a inclusão da cultura digital é uma forma de inclusão social e, conseqüentemente, uma atribuição da educação. Sendo assim, diversas políticas públicas educacionais compreenderam, antes mesmo da pandemia do COVID-19, que as práticas de ensino e de aprendizagem estão relacionadas à inclusão digital e que essa relação possibilita aos sujeitos participarem de diversas esferas sociais.

A grande questão que surge, no entanto, é que as intervenções tecnológicas ocorriam, geralmente, nas instituições de ensino por meio de laboratórios de computação e/ou biblioteca com acesso a computadores e à internet. No momento atual, em tempos de pandemia e de isolamento social, com as escolas fechadas, muitos alunos não têm acessibilidade às mídias digitais. Desse modo, se não pensarmos em soluções urgentes para levar recursos a uma considerável parcela dos alunos, o processo de ensino e aprendizagem será prejudicado – se já não está.

As TICS podem ser um meio de integração democrática dos cidadãos no mundo político. Não ter acesso à internet, hoje, quer dizer ficar na invisibilidade, não apenas social, mas também econômica e política. Como resultado, a falta de acesso à rede pode constituir um novo fator de pobreza. (UNESCO, 2015, p.9).

Essa percepção se tornou um ponto de discussão de órgãos políticos internacionais que pesquisam o contexto global e compartilham suas reflexões com o mundo no intuito de levantar o olhar da comunidade acadêmica em relação às tendências, desafios e desenvolvimentos tecnológicos que poderão afetar o ensino, o aprendizado e a pesquisa em um futuro próximo (DELORS, 2003). Segundo Pischetola (2019) as habilidades mais destacadas por esses órgãos são: trabalhar em equipe, estar ciente das questões de caráter global, ter capacidade de resolver problemas, saber gerir a informação, possuir engajamento cívico e respeitar as diferenças culturais. É importante salientar que as tecnologias estão presentes em cada uma dessas exigências tanto como um meio de atingir informação quanto como uma forma de acesso às dinâmicas de trabalho colaborativo.

De acordo com a ECG – Educação para a cidadania global: preparando alunos para os desafios do século XXI – (UNESCO, 2015), a cidadania global está baseada em três áreas de aprendizagem ou dimensões conceituais, a saber: área cognitiva, em que são trabalhados conhecimentos e habilidades de reflexão necessários para compreender o mundo e suas complexidades; área socioemocional, que desenvolve valores, atitudes e habilidades sociais que permitem aos alunos se relacionarem com os outros de forma respeitosa e pacífica; e área comportamental, que trabalha comportamento, desempenho, aplicação prática e engajamento do aluno.

A partir dessas áreas de aprendizagem, a Unesco (2015) propõe uma abordagem multifacetada visando o desenvolvimento de competências para lidar com o mundo contemporâneo, como, por exemplo, a cultura digital. Segundo o ECG, o processo de aprendizagem vai além do que os estudantes aprendem, mas volta-se ao como aprendem. A natureza complexa e desafiadora dessa abordagem requer que as pessoas engajadas à causa reflitam e reexaminem continuamente suas percepções, valores, crenças e visões de mundo para tentar encontrar formas de prover a universalidade de informações por meio da tecnologia e, ao mesmo tempo, respeitar a singularidade.

Diante disso, emergem grandes desafios para preparar crianças e jovens considerando a cultura digital atual, tais como: promover simultaneamente a solidariedade global e a

competitividade individual; conciliar identidades e interesses locais em um mundo globalizado; fazer uso de métodos e estratégias de aprendizagem participativas que buscam preparar e conscientizar o aluno sobre questões da vida real e das circunstâncias que as cercam.

Perante a análise desse documento, podemos afirmar que as comunidades escolares precisam rever e adaptar as suas práticas pedagógicas e as técnicas de ensino-aprendizagem desde o ensino na primeira infância para conseguir ultrapassar a visão utilitária das novas tecnologias. Essa abordagem prevê, além do desenvolvimento de habilidades técnicas de uso da tecnologia digital, práticas sociais, relação com o seu contexto sociocultural e formas de pensamento crítico. (PISCHETOLA, 2019).

De acordo com o Currículo de Referência em Tecnologia e Computação, da educação infantil ao ensino fundamental (CIEB, 2018), alguns países já estão incorporando abordagens afins que empregam o ensino de competências e habilidades associadas à tecnologia em seus currículos de ensino básico e obrigatório nacionais como uma forma de preparar os estudantes para os desafios do século XXI, principalmente agora, em que o uso das tecnologias digitais se faz essencial para o ensino e a aprendizagem.

Quadro 1. Países que orientam o ensino da cultura digital

Países	Implantação	Ensino Fundamen (anos iniciais)	Ensino Fundamental (anos finais) ao Ensino Médio
Austrália	Disciplina própria e integrada com outras disciplinas	Obrigatória	Obrigatória
Grã-Bretanha	Disciplina própria	Obrigatória	-
Estônmaduluia	Integrada com outras disciplinas	Obrigatória	Obrigatória
Finlândia	Integrada com outras disciplinas	Obrigatória	-
Nova Zelândia	Disciplina própria	-	Opcional
Noruega	Disciplina própria	-	Opcional
Suécia	Integrada com outras disciplinas	Obrigatória	Opcional
Coréia do Sul	Disciplina própria	Obrigatória	Opcional

Polônia	Disciplina própria	Obrigatória	Obrigatória
Estados Unidos	Disciplina própria	-	Opcional

Fonte: CIEB, 2018

Ainda segundo o CIEB (2018), os currículos dos países informados no quadro 1 trabalham, mesmo que de formas diferentes, buscando conciliar a inclusão digital e os novos ensinamentos provenientes de disciplinas que até pouco tempo atrás eram ensinados somente em cursos superiores, como, por exemplo, o Design – no que tange ao planejamento e execução de projetos, e na produção e na disseminação de conhecimentos midiáticos para resolver problemas comuns e da sociedade.

Em vista dos reflexos pandêmicos atuais, a educação foi uma das áreas mais impactadas devido ao isolamento social que perdurou por mais de 120 dias. Diante da impossibilidade de retorno às aulas presenciais, as tecnologias digitais se tornaram aliadas no sistema de ensino de diversos países, como China, Itália, EUA e Brasil, a fim de evitarem um maior distanciamento entre aluno e sala de aula. No entanto, pelo fato de existir um abismo social mundial, a Unesco propôs que internet, rádio e televisão sejam tecnologias utilizadas e que cada instituição de ensino/professor adote estratégias condizentes com a realidade de seus alunos, pois, com ações alternativas de usos tecnológicos, os alunos mais vulneráveis poderão ser incluídos nesse novo panorama de ensino a distância. Aqui no Brasil, o MEC, por exemplo, autorizou a substituição das aulas presenciais pelas *on-line* desde que o ensino chegue às populações residentes nos interiores e nas periferias urbanas. Segundo os PCN (2000a, p.4):

A consolidação do Estado democrático, as novas tecnologias e as mudanças na produção de bens, serviços e conhecimentos exigem que a escola possibilite aos alunos integrarem-se ao mundo contemporâneo nas dimensões fundamentais da cidadania e do trabalho.

Devido à nova sociedade, moldada pelas transformações tecnológicas e pela pandemia do COVID-19, modifica-se mais uma vez o papel da educação. Parece-nos que, agora, os estudantes têm maior autonomia, já que o professor medeia as aulas a distância por meio de propostas de atividades e de leituras mais constantes via plataformas digitais. Nesse contexto, além de focar na aprendizagem dos estudantes, é essencial olhar mais atentamente ao ensino, ou seja, aos professores, que necessitam de cursos voltados às tecnologias digitais para que eles compreendam a linguagem virtual e, assim, contribuam para um processo de ensino e de aprendizagem mais eficiente.

No novo cenário mundial, reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável requer muito mais do que o acúmulo de informações. Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades. (BRASIL, 2018, p.14).

OS DOCUMENTOS PARAMETRIZADORES DO ENSINO E A CULTURA DIGITAL

Atentos às diretrizes curriculares atuais, estudiosos do campo educacional do Brasil vêm, ao longo dos anos, buscando alternativas de melhorar o ensino brasileiro, de maximizar sua abrangência e de torná-lo mais eficiente no atendimento às necessidades das pessoas e do meio social em que estão inseridas. Como resultado desses esforços, recentemente foi publicada a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018), desenvolvida por especialistas de várias áreas do conhecimento e em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) e com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN). Esse documento possui caráter normativo e busca orientar as escolas e os professores no desenvolvimento de currículos para as redes escolares.

A BNCC (BRASIL, 2018) determina quais aprendizagens essenciais devem ser trabalhadas nas escolas brasileiras, públicas e particulares, durante as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) para que todos os estudantes consigam desenvolver, ao longo dos anos, dez competências gerais. O documento apresenta uma descrição geral de cada uma dessas competências e detalha quais habilidades devem ser ensinadas em cada ano de escolaridade por matéria (com a explicitação dos objetos de conhecimento), expressando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.

Para garantir o direito à aprendizagem e o desenvolvimento pleno de todos os estudantes, a BNCC propõe o uso de abordagens transversais e integradoras, perpassando diversas áreas de conhecimento, bem como o uso de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global. Inclusive, existe uma competência específica sobre o tema tecnologia, denominada “Cultura Digital”. De acordo com o documento, os alunos devem dominar as seguintes habilidades a fim de desenvolverem tal competência:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BRASIL, 2018, p.9).

Em suas diretrizes, a BNCC traz orientações voltadas à necessidade de a cultura digital ser trabalhada em sala de aula porque isso amplia as formas de participação social ao explorar a aprendizagem criativa, o pensamento computacional, a linguagem de programação e de robótica em seus currículos. A partir do momento em que as redes de ensino se debruçarem sobre essas questões, as crianças e os jovens brasileiros estarão em sintonia com as competências e habilidades exigidas para serem inseridos na nova sociedade. Diante disso, é fundamental que as instituições de ensino abordem a cultura digital e o pensamento computacional como processos que possibilitam a pesquisa e a solução de problemas.

Com relação aos Parâmetros Curriculares Nacionais, os PCN (2000a) e os PCN (2000b), percebemos que eles também são influenciados diretamente pelas transformações políticas, econômicas e sociais da época em que são produzidos e servem como base para o desenvolvimento social do país, pois assumem a função de atualizar os professores acerca das concepções de ensino, das abordagens teórico-metodológicas e do uso das tecnologias.

Esses documentos, que difundem as reformas curriculares, trazem as competências básicas essenciais para a formação do sujeito crítico e para o desempenho dele nas suas futuras atividades profissionais, que devem ser alcançadas ao término do Ensino Médio. Nisso entram as tecnologias digitais, as quais são vistas como ferramentas fundamentais no desenvolvimento de trabalhos cooperativos que possibilitam a atualização constante de conhecimentos, a socialização de experiências e a aprendizagem permanente. Para Maciel e Backes (2013, p.11), os recursos tecnológicos na educação ressignificam o processo educacional, pois “[...] a comunicação, a pesquisa e a aprendizagem assumem dimensões diferenciadas diante da velocidade com que muitas informações chegam aos alunos.”

As tecnologias digitais, então, já vêm sendo amparadas desde 1998 pelos documentos oficiais de ensino da Educação Básica. Entretanto, pelo fato de haver enorme discrepância entre grupos sociais, ainda não foi possível inserir os alunos mais carentes na cultura digital. Urge, portanto, que se desenvolva, em professores e alunos, uma consciência acerca dessas mudanças e dos desafios relacionados à nova era virtual para que o ensino e a aprendizagem sejam mais eficazes.

Para isso, o governo precisa pensar em ações alternativas a fim de que os alunos menos privilegiados financeiramente possam ser inseridos na nova sociedade tecnológica que está se formando. Dessa forma, faz-se necessário discutir sobre os espaços virtuais como os novos suportes da alfabetização e do ensino, das linguagens contemporâneas e do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As tecnologias digitais são, hoje, uma realidade em nossa sociedade, que, devido ao rompimento de barreiras físicas, já que nos encontramos em distanciamento social devido à pandemia do COVID-19, são essenciais em todas as áreas, principalmente na educação, e, por isso, devem ser incluídas urgentemente nas práticas de ensino e aprendizagem e alcançarem todos os jovens em idade escolar nas diferentes regiões brasileiras.

Inicialmente, apresentamos alguns conceitos, como o de cultura, o de cultura digital, o de pós-modernidade e o de cronotopo a fim de compreendermos a relação existente entre eles e o processo sócio-histórico atual em que nosso país se encontra. Para darmos conta desse estudo, utilizamo-nos da análise de documentos parametrizadores do ensino e da revisão bibliográfica de pesquisas relacionadas à LA e às tecnologias digitais e tivemos como resultado não apenas uma necessidade emergencial do uso de tecnologias digitais, mas os movimentos históricos de movimentação e sedimentação das ações humanas, que se moldam a cada novo cenário, a cada nova época.

Nesse sentido, a pandemia do COVID-19 trouxe a necessidade de nós, professores e linguistas, repensarmos o ensino, a relação dele com a tecnologia e o modo como ela pode contribuir para o ensino e a aprendizagem. O sucesso no processo de ensino e aprendizagem demandará dos educadores muito mais que planejamento, mas um estudo aprofundado sobre as plataformas digitais disponíveis, as mais fáceis de serem utilizadas, quais os recursos disponibilizados por elas e quais procedimentos serão adotados para avaliar o que o aluno aprendeu, práticas essas condizentes à LA enquanto disciplina transformadora.

Com relação ao cronotopo, percebemos que ele é o responsável por modificar nossas ações, os sentidos e as significações de mundo que criamos. Com base nisso, esse cronotopo pandêmico está nos oportunizando repensar estratégias de ensino talvez até mais interessantes para os alunos, visto que os jovens – em sua maioria – já nascem conectados às mídias digitais. Inserir as tecnologias digitais no currículo brasileiro, ação já prevista e ancorada pelos documentos oficiais

de ensino, é, neste momento de isolamento social, um recurso essencial, e ousamos afirmar, inclusive, que será um novo e duradouro ambiente de ensino e aprendizagem.

Sendo assim, as instituições de ensino precisam estar atentas às novas demandas sociais e preparadas para uma nova realidade após o controle da pandemia, em que o professor dividirá seu papel de detentor de conhecimentos com as tecnologias digitais. Desejamos, então, que as discussões aqui levantadas possam contribuir com as práticas pedagógicas atuais e futuras em que as tecnologias digitais cada vez mais se farão presentes no nosso dia a dia.

REFERÊNCIAS

ACOSTA PEREIRA, RODRIGO.; RODRIGUES, ROSÂNGELA HAMMES. O conceito de valorização nos estudos do Círculo de Bakhtin: a inter-relação entre ideologia e linguagem. **Revista Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, SC, v.14, n.1, p.177-194, Jan./Abr., 2014.

BAKHTIN, MIKHAIL MIKHAILOVITCH. **Questões de Literatura e de Estética**: a teoria do romance. Tradução do russo por Aurora Fornoni Bernardini et al. 4.ed. São Paulo: Hucitec; UNESP, 1998[1975].

_____. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Tradução do russo, notas e prefácio de Paulo Bezerra. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015[1929].

BARATTO, SILVANA SIMÃO.; CRESPO, LUÍS FERNANDO. Cultura digital ou cibercultura: definições e elementos constituintes da cultura digital, a relação com aspectos históricos e educacionais. **Revista Científica Eletrônica UNISEB**, Ribeirão Preto, v.1, n.2, p.16-25, Ago./Dez., 2013.

BRASIL, MEC/SEMTEC. **Parâmetros curriculares nacionais**: bases legais. Brasília, 2000a.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais**: linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília, 2000b.

_____. MEC. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. Brasília, 2018.

BUNZEN, CLÉCIO. A fabricação da disciplina escolar Português. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v.11, n.34, p.885-911, Set./Dez., 2011.

CIEB. **Currículo de referência em Tecnologia e Computação**: da educação infantil ao ensino fundamental. 2018. Disponível em <http://curriculo.cieb.net.br/>, acesso em 17 jun 2020.

DELORS, JACQUES. **Educação**: um tesouro a descobrir. 2ed. São Paulo: Cortez Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2003.

FABRÍCIO, BRANCA FALABELLA. Linguística Aplicada como espaço de “desaprendizagem”: redescritões em curso. In: Moita Lopes, L. P. (Org.). **Por uma linguística aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

FILATRO, ANDREA. **Práticas inovadoras de educação mediadas pelas tecnologias da informação e comunicação (Universitária)**. São Paulo: Editora Senac, 2018.

GALLI, FERNANDA CORREA SILVEIRA. O sujeito-leitor e o atual cenário tecnológico e globalizado. **Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura Letra Magna**, v.3, n.2, Jul./Dez., 2005.

HEINSFELD, BRUNA DAMIANA.; PISCHETOLA, MAGDA. Cultura digital e educação, uma leitura dos estudos culturais sobre os desafios da contemporaneidade. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v.12, n.2, p.1349-1371, Ago., 2017.

LÉVY, PIERRE. **O que é virtual?** Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1996.

MACIEL, CRISTIANO.; BACKES, EDIRLES MATJE. Objetos de aprendizagem, objetos educacionais, repositórios e critérios para sua avaliação. In: MACIEL, C. **Educação a distância**: ambientes virtuais de aprendizagem. Cuiabá: Edefmt, 2013.

MOITA LOPES, LUIZ PAULO. (Org.). **Por uma linguística aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

MORSON, GARY SAUL.; EMERSON, CARYL. **Mikhail Bakhtin**: criação de uma prosaística. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

PENNYCOOK, ALASTAIR. Linguística Aplicada dos anos 90: em defesa de uma abordagem crítica. In: SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. (Orgs.). **Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade**: questões e perspectivas. Campinas: Mercado das Letras, 1998.

PEREIRA, ANA DILMA ALMEIDA. A intervenção didática em uma abordagem interacional de ensino-aprendizagem da língua materna: os percursos de uma pesquisa. **Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura Letra Magna**, v.3, n.5, Jul./Dez., 2006.

PISCHETOLA, MAGDA. **Inclusão digital e educação**: a nova cultura da sala de aula. Petrópolis: Vozes, PUC, 2019.

RAJAGOPALAN, KANAVILLIL. **Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética.** São Paulo: Parábola, 2003.

RODRIGUES, BÁRBARA. **Entre a gramática tradicional e a prática de análise linguística nas atividades em livros didáticos de Língua Portuguesa no Ensino Médio: um estudo dialógico.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-graduação em Linguística. Florianópolis, UFSC, 2019.

UNESCO. **Educação – um tesouro a descobrir – Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI.** São Paulo: Editora Cortez, 1998.

_____. **Educação para a cidadania global: preparando alunos para os desafios do século XXI.** 2015. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000234311>>. Acesso em 11 jun 2020.